

Apresentação

A *Revista Convergência Crítica* tem o prazer de lançar o seu 22º número, com o dossiê sobre o Oitocentos, composto por nove artigos resultantes de estudos que fazem uma importante reflexão sobre o Brasil ao longo do século XIX. Tais produções são fundamentais para a compreensão sobre a sua formação histórica, política, social e cultural desse período, que marca a transição do país de uma colônia portuguesa para uma nação independente, além de ser palco de intensas transformações que lançaram as bases da nossa atualidade.

O Oitocentos foi um século marcado por grandes mudanças na política, a exemplo da Independência (1822), da criação do Estado brasileiro e da consolidação do Império, com o reinado de D. Pedro I (1822-1831), de D. Pedro II (1840-1889) e a Proclamação da República (1889).

Estudar esse período é essencial para entender como se estruturaram as instituições nacionais, o funcionamento da monarquia constitucional; as disputas entre centralização do poder e a autonomia regional; e a dura repressão contra os conflitos como a Guerra dos Farrapos (1835-1845), no Rio Grande do Sul; a Revolta dos Malês (1835), na Bahia; a Balaiada (1838-1841), no Maranhão; a Sabinada (1837-1838), na Bahia; e da Cabanagem, (1835-1840) na Província do Grão-Pará, para a manutenção da unidade e coesão do seu território.

Do ponto de vista social, o século XIX foi profundamente marcado pela manutenção do comércio de negros escravizados por mais seis décadas após o processo de Independência, tornando-se o último país das Américas a abolir a escravidão, em 1888. Compreender esse processo é indispensável na análise sobre as desigualdades raciais e sociais que ainda persistem no país. Além disso, o estudo do Oitocentos permite entender a formação de uma elite agrária, a concentração fundiária e a exclusão sistemática de grande parte da população do exercício de direitos políticos e civis.

No campo econômico, operou-se a transição de uma economia baseada na produção açucareira para o café na Região Sudeste, o que redefiniu o poder político e econômico dentro do território nacional. A economia cafeeira impulsionou o

crescimento de cidades, a chegada de imigrantes europeus e a modernização de parte da infraestrutura, como ferrovias e portos.

Cultural e intelectualmente, o século XIX também foi um momento rico. O Romantismo brasileiro teve papel essencial na construção de uma identidade nacional, exaltando temas como o indígena, a natureza e a história do país. A literatura, as ciências, o jornalismo e o pensamento político floresceram, contribuindo para os debates sobre cidadania, escravidão, liberdade e república na esfera pública.

Nos últimos anos, com a emergência dos estudos decoloniais, pós-coloniais e da subalternidade, novos atores, saberes e perspectivas têm renovado este campo de estudo, provocando deslocamentos e tensionamentos que promovem uma ruptura epistemológica com uma visão hegemônica e colonialista que permeia a nossa produção de conhecimento.

Por fim, os estudos do Oitocentos são essenciais para a compreensão sobre a transição do Império para a República, em 1889, momento que marcou o fim de uma era e o início de novos desafios políticos e sociais. O século XIX foi, portanto, um período de fundações — algumas sólidas, outras profundamente excludentes — que ainda influenciam a realidade brasileira atual.

Quanto aos textos que ora publicamos, começamos com o belo artigo de Raphael Guilherme Santorio Silva que, por meio do artigo de título **Liberdade, Igualdade e Escravidão As contradições da democracia norte-americana antes da Guerra de Secessão**, que esmiuça as relações contraditórias entre escravidão e federalismo presentes na Constituição dos Estados Unidos da América. Nele, o autor defende que a irrupção da Guerra Civil se “deu pela crescente impossibilidade de celebração de compromissos em torno da questão da escravidão, visto que, esgotados pelo crescimento das dicotomias regionais e pelo surgimento de antagonismos irremediáveis, esses acordos de resolução paliativa se tornaram cada vez mais conflituosos e instáveis para o funcionamento normativo das instituições norte-americanas”. No artigo seguinte, Nicollas Albano de Carvalho Bernardino analisa as relações entre a raça e suas punições no Período Joanino em seu **As punições mais humanas da escravidão no Rio de Janeiro urbano: um olhar para a condição de existência do negro na civilização**

através do açoitado. Discutindo conceitos como modernidade, civilização, escravidão, humanidade, progresso, as conexões atlânticas e as instituições de vigilância, o autor procura perceber “as implicações do formato punitivo como fator de condução e construção dos escravizados e suas implicações mutáveis no período delimitado, bem como suas implicações complexas no passado brasileiro”.

Por sua vez, Helena Helena Maria Ribeiro P. Marques nos oferece o texto intitulado **Os paratextos e as unidades narrativas: uma proposta de leitura de Ubirajara**, através do qual apreende a famosa obra de José de Alencar “a partir da relação entre determinados aspectos da narrativa e os paratextos da respectiva obra”.

Alisson Freitas, em **A Vice-presidência de província a partir do líder “Graúdo” do Ceará**, investiga a atuação do Vice-presidente de Província na dinâmica política do período imperial, focando a trajetória de Joaquim da Cunha Freire (Barão de Ibiapaba). O autor se debruça sobre um significativo conjunto de fontes (leis, atas, relatórios, correspondências, jornais etc.), o que permite que ele conclua que “o lugar de Vice-presidente era um lugar de disputas intensas pelo poder, e que ao ocupar essa função por uma década, Joaquim da Cunha Freire realizou favores, pediu proteção, solicitou cargos e trocou informações com outros agentes políticos dentro e fora da província, logo, o vice provincial era um dos operadores da política imperial e faz parte da elite política local”.

Em **“Mamo Francisco continua a governar a sua casa”: a atuação política do Visconde de Suassuna**, Marcos Santos estuda a trajetória política do Visconde de Suassuna, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, “destacando sua influência e estratégias de manutenção de poder entre 1830 e 1880”. Por meio de “periódicos, inventários e bibliografia especializada”, Santos analisa o caso da família Cavalcanti de Albuquerque, observando como o “Visconde de Suassuna e seus irmãos dominaram o cenário político local e nacional, ocupando posições no Senado, na Assembleia Provincial e no governo de Pernambuco”. Através “de uma combinação de prestígio militar, propriedades rurais e estratégias matrimoniais”, a família foi se perpetuando no poder, atravessando diferentes conjunturas.

Em “We have the ground, but we have no money to build”: a construção do templo da Primeira Igreja Batista em face das disputas pelo campo religioso em Campos dos Goytacazes (1893-1898), Murilo Rosa Garcias analisa as disputas no interior do campo religioso do município de Campos dos Goytacazes, partindo da construção do templo da Primeira Igreja Batista, servindo-se dos relatos de um missionário, ele detalha como “o campo religioso local foi perpassado pelas disputas que opuseram a Igreja Católica, de um lado, e batistas e pedreiros-livres, de outro; bem como os jogos de representações que fizeram parte dessa dinâmica”.

Já Patricia Figueiredo Aguiar em **A Câmara Municipal e a Organização do espaço urbano Os códigos de postura de Cuiabá na Primeira metade do século XIX**, lança seu olhar sobre as “transformações institucionais das Câmaras Municipais na primeira metade do século XIX, com enfoque nos Códigos de Postura Policiais de Cuiabá de 1831, 1832 e 1834”. A autora sustenta que “os mecanismos de organização do espaço urbano e de controle das práticas cotidianas, refletiam tanto as transformações institucionais quanto as preocupações com o ordenamento social e a configuração da cidade”.

Em **Uma análise dos anúncios de leilões da Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)**, Gabriela de Melo demonstra como os anúncios de leilões publicados no periódico *Gazeta do Rio de Janeiro* durante o período Joanino (1808-1821) podem ser usados como uma importante ferramenta para a compreensão de aspectos socioculturais do Rio de Janeiro no contexto “de mudanças e contradições promovidas pela permanência da Corte portuguesa e de suas elites na cidade”. A partir desse pressuposto, a autora revela que “os leilões foram um mecanismo importante de abastecimento e barateamento de produtos desejados por eles, e pelos habitantes que já residiam na cidade, e seus anúncios permitem que tenhamos um panorama do que era vendido e desejado”.

Finalizando a sessão dedicada ao dossiê, André Luiz Gomes da Silva e Amanda Almeida de Araújo elaboram uma interessante análise no artigo intitulado **A importância dos escravizados nas expedições naturalísticas de Langsdorff no interior do Brasil (1824 – 1829)**, argumentando que a expedição “dependeu fundamentalmente do trabalho e saberes de auxiliares livres e escravizados, enquanto

simultaneamente operou seu apagamento epistêmico”. O texto demonstra “como a ciência metropolitana se construiu através de uma linha abissal que legitimou a apropriação violenta de corpos e conhecimentos na zona colonial”.

Na parte dedicada a trabalhos de temática livre, abrimos com o artigo de Daiana Junqueira Moreira, que em **Será que ainda há tempo para mudar? Perspectivas sobre tempo e Ensino de História no Novo Ensino Médio**, onde ela estuda as “concepções de tempo histórico presentes na produção textual de estudantes da 2ª série do Ensino Médio em uma escola pública estadual de Salvador (BA)”, indicando “a presença de múltiplas percepções de tempo entre os estudantes, variando entre visões fatalistas e outras que indicam possibilidades de transformação e intervenção no presente e construção de futuros possíveis”. A seguir temos o texto intitulado **Territorialidades socioambientais e suas bases teórico-metodológicas**, de autoria de Francisco Pontes de Miranda Ferreira e Rafael Ângelo Fortunato, que baseado em pesquisas etnográficas, demonstra a importância de “práticas contra-hegemônicas que ressignificam territórios” no trabalho de fortalecimento de “redes comunitárias e subsidiar políticas públicas participativas, articulando justiça ambiental e desenvolvimento territorial sustentável”.

Fechando a edição temos a resenha de George Gomes Coutinho sobre a obra “Antônio Cândido: intérprete do Brasil”, de autoria do professor Márcio Malta (Nico).

A todos, todas e todos que contribuíram com essa edição por meio da preparação de artigo, ensaio e resenha, o nosso profundo agradecimento. Menção também necessária ao inestimável trabalho dos pareceristas, fundamental para a viabilização dessa edição.

Boa Leitura!

Os coordenadores dessa edição,

Olívia Robba e Leonardo Santos.